

HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO PASTORAL NA IGREJA DO BRASIL

*Pe. Ari Antonio dos Reis**

Resumo: Neste texto configura-se como uma leitura histórica do processo de planejamento da ação evangelizadora no Brasil em resposta às diferentes interrogações oriundas dos contextos históricos. O ponto de partida será a forma como Jesus, o Filho de Deus encarnado, assumiu a missão na Palestina tendo em vista o Reino de Deus. Pergunta-se pelos elementos de organização perceptíveis na atividade do Nazareno. Em seguida será abordada a ação evangelizadora da Igreja primitiva após o mandado recebido do Ressuscitado. Em uma terceira parte abordaremos a trajetória do planejamento pastoral no Brasil, tendo como ponto de partida o período pós proclamação da República, quando se deu a separação da Igreja com o Estado, até os dias atuais. Vê-se que há uma trajetória quase secular de planejamento pastoral na Igreja no Brasil. Que este resgate histórico ajude a vislumbrar outros caminhos quanto à necessidade da organização para evangelizar.

Palavras-chave: planejamento. pastoral. Igreja. missão. diretrizes.

Introdução

A Igreja no Brasil segue sua trajetória histórica com a missão de evangelizar, compromisso que está na sua origem e identidade. A evangelização para ser eficaz sugere a leitura da realidade para que o anúncio de Jesus seja minimamente dialogante com a vida das pessoas em cada tempo e as motive a acolher a Boa Nova de Jesus. A leitura da realidade é uma dimensão de algo mais amplo e necessário, o planejamento da ação evangelizadora. Esta questão ainda não é consenso nos diferentes segmentos da Igreja. Porém, diante de um contexto

* Presbítero da Arquidiocese de Passo Fundo, mestre em Teologia Pastoral, professor da Itepa Faculdades nas disciplinas de Metodologia e Prática Pastoral e Revelação.

de vida cada vez mais complexo, o planejamento da ação é exigência fundamental para se efetivar com seriedade o mandato deixado por Jesus.

O texto que segue vai apresentar uma leitura histórica do processo de planejamento da ação evangelizadora no Brasil em resposta às diferentes interrogações oriundas dos contextos históricos. O ponto de partida será a forma como Jesus, o Filho de Deus encarnado, assumiu a missão na Palestina tendo em vista o Reino de Deus. Pergunta-se pelos elementos de organização perceptíveis na atividade do Nazareno. Em seguida será abordada a ação evangelizadora da Igreja primitiva após o mandado recebido do Ressuscitado. Em uma terceira parte abordaremos a trajetória do planejamento pastoral no Brasil, tendo como ponto de partida o período pós proclamação da República, quando se deu a separação da Igreja com o Estado, até os dias atuais. Vê-se que há uma trajetória quase secular de planejamento pastoral na Igreja no Brasil. Que este resgate histórico ajude a vislumbrar outros caminhos quanto à necessidade da organização para evangelizar.

1 A missão de Jesus como cumprimento da ordem do Pai

A encarnação de Jesus na história da humanidade (Jo 1,1s) deu-se em um momento particular da Palestina. Em termos de geopolítica era dominada pelo Império Romano. Os partidos locais tinham dificuldades em fazer frente ao poder romano e muitos faziam alianças veladas com os dominantes. As tantas resistências surgidas no meio popular, ao domínio romano, eram tratadas com extrema violência. Algumas províncias tinham certa autonomia política e econômica, mas com governantes corruptos e sanguinários. Economicamente o povo vivia da agricultura rudimentar, trabalho artesanal e pequenas atividades comerciais. Os impostos cobrados pelo Império empobreciam cada vez mais o povo sobretudo os que dependiam

da agricultura. Havia uma tradição religiosa, fruto do novo judaísmo, com forte acento legalista dificultando em muito a vida das pessoas.

Jesus era filho de um carpinteiro chamado José. Criou-se em Nazaré¹, na Galileia, região vista pelo povo de Jerusalém com preconceito como explicitou Natanael (Jo 1,46). Os Galileus eram chamados de povo ignorante, ou povo da terra, com uma forma de vida diferenciada em relação à Judeia. Contudo era o lugar de confrontação aos desmandos religiosos, econômicos e políticos de Jerusalém, explicitados sobretudo na resistência ao sistema legal e religioso da época.

Neste contexto o Filho de Deus se apresentou para as pessoas do seu tempo, afirmando que o tempo havia se cumprido; o Reino estava próximo; que deveriam se converter e acreditar no evangelho (Mc 1,15).

Um primeiro destaque da vida e missão de Jesus foi a opção por um tipo de caminho. Logo no começo os evangelistas descrevem as tentações (Mt 4,3-11; Lc 4,1-13; Mc 1,12-13). Era a possibilidade de outro caminho na missão senão aquele que foi assumido junto ao Pai (Jo 8,18). Os textos sobre as tentações revelaram uma opção explícita por Jesus, delineada na fidelidade Aquele que o enviou e não a outros projetos aparentemente mais fáceis. Esta opção foi sendo questionada pelos discípulos e pela multidão; e reafirmada ao longo da vida de Jesus.

O segundo passo na caminhada de Jesus foi a escolha do discipulado. O projeto não foi assumido sozinho. Jesus chamou um grupo para estar com ele (Mc 1,16-20; Mt 4, 18-22; Lc 5,1-11). O longo do caminho foi orientando e formando para que compreendessem o sentido da missão (Mc 8,33-37). Dedicava

1 Aldeia pequena e desconhecida, de apenas duzentos a quatrocentos habitantes. Nunca aparece mencionada nos livros sagrados do povo judeu, nem sequer na lista de povoados da tribo de Zabulon. cf. José Antonio PAGOLA. *Jesus, aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2010, p.62.

um bom tempo para a orientação do grupo (Mt 13,36-51).

Em vários textos aparecem situações que revelam o objetivo primeiro da vida e missão de Jesus, tendo como horizonte o Reino de Deus. Lembramos alguns:

1) Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância (Jo 10,10);

2) Eu sou a luz do mundo. Quem me segue não andarás nas trevas (Jo 8,12);

3) Revelar o rosto misericordioso do Pai (Lc 15,1ss; Mt 9,13);

4) Anúncio do Reino e a libertação das pessoas (Mc 1,38-39; Mc 5,1ss);

5) Partilha como princípio de outra forma de relação econômica (Mc 8,1-9);

6) Solidariedade com os pequenos (Mt 11,25ss);

7) Fazer o bem a todas as pessoas (Lc 3,38-41);

8) Explicitação concreta da necessidade do amor (Lc 10,25-37);

9) Enfrentamento da Cruz em nome da proposta do Pai (Mc 8,34-38).

A partir da opção e da escolha da equipe de discípulos formados no caminho, a missão de Jesus foi acontecendo e também gerando tensões e incompreensões de parte dos fariseus (Mt 19,3ss; Mt 23,13-36); da família (Mc 3,21); do grupo de discípulos, dos seus contemporâneos (Mc 6,1-6) e da população que se dispôs a estar com Ele.

São alguns indicativos por onde se encaminhava a missão de Jesus. Quem eram os seus interlocutores, também seus adversários. Nesta missão Jesus tinha clara noção do que tinha que fazer, pois conhecia profundamente a realidade do seu tempo (Mt 4,23-25). A sua itinerância era uma forma de

explicitar a missão acordada com o Pai através do ensino, pregação e cura, devolvendo uma vida digna e feliz para aqueles homens e mulheres que estavam sendo postos à margem pelo sistema social, religioso e econômico do seu tempo.

Jesus partiu de uma opção explícita; contou com um grupo ao qual formou; enfrentou com firmeza as resistências próximas e distantes; sabiam que eram seus adversários. Esta coerência de vida e de caminhar permitiu que o projeto acontecesse e fosse continuado pelos discípulos (Mt 28,16ss) após o enfrentamento da cruz e Ressurreição. O propósito de Jesus foi tão explícito que os seus discípulos tiveram condições de dar continuidade. A clareza da missão que havia em Jesus se apresenta como desafio para a Igreja no compromisso de anunciar Ele para as pessoas. E neste caminho precisaram fazer algumas escolhas das quais destacamos o cuidado com os pobres e necessitados (At 6,1-6); amplitude da missão para os diferentes povos e culturas (At 15, 22-29); a centralidade na oração, escuta da Palavra e na Eucaristia. (At 2,42-47), isto em fidelidade ao Cristo crucificado-ressuscitado (At 2,37-41).

2 A Igreja e a tarefa de continuar a missão de Jesus: organizar para evangelizar

São várias as referências bíblicas que sugerem o nascimento da Igreja. Recordar-se aqui a responsabilidade passada a Pedro (Mt 16,18-19); o envio da comunidade dos discípulos para a missão logo após a crucificação-ressurreição (Jo 20,19-23); o envio para a missão a partir da Galileia, mesmo que alguns ainda duvidassem da ressurreição (Mt 28,16-20); a manifestação do Espírito Santo à comunidade, fato que impulsiona a tarefa missionária (At 2,1-12).

A Igreja nasce a partir de Jesus e, em seu nome, se coloca no caminho da evangelização inspirada pelo Espírito Santo. Segundo o Constituição Conciliar *Lumen Gentium* o mistério

da Igreja manifesta-se na sua fundação. Pois o Senhor Jesus iniciou sua Igreja pregando a Boa-nova, isto é, o advento do Reino de Deus prometido nas escrituras havia séculos². A fidelidade ao Reino permite que a Igreja se coloque como servidora de algo muito maior do que ela mesma, o Reino desejado e anunciado por Jesus. No momento em que perder a dimensão do Reino como horizonte, a Igreja pode perder também o seu sentido histórico e de mistério. Deixará de ser a Igreja de Cristo. Por isso, a necessidade de, ao longo da história, assumir este desafio sempre o atualizando, tarefa nem sempre muito fácil.

Uma das formas da Igreja manter a fidelidade ao Reino anunciado por Jesus, via serviço à humanidade e organizar-se para evangelizar, para a missão de anúncio do Reino de Deus. Além da estrutura ministerial faz-se necessário pensar o jeito de como se faz o processo evangelizador. Aqui vai transparecendo o desafio de pensar um plano de evangelização, planejar a missão. No Brasil este desafio foi assumido de formas diferenciadas ao longo da história. E o que trata o restante deste texto.

Nem sempre a Igreja viveu esta proximidade com a proposta de Jesus. Os próprios evangelhos foram escritos na perspectiva de ajudarem as comunidades a viverem esta fidelidade. As cartas paulinas e as cartas católicas também tinha esta perspectiva. Por vezes, foi necessário o enfrentamento das crises internas e a humildade de acolher o sopro do Espírito no sentido de permanecer organizada para evangelizar.

3 Plano de Pastoral Coletiva

Este plano surgiu como reação do Episcopado brasileiro ao processo de separação da Igreja e do Estado. Desde o final do século XIX havia preocupação da Igreja com a articulação da

2 Cf. LG, 2.

ação evangelizadora no Brasil, um país de dimensões continentais e com poucas dioceses e paróquias. Durante o regime do padroado a Igreja ficara sob a tutela do Estado. A separação seria a oportunidade de um novo caminhar, uma redefinição de suas posições tanto em âmbito interno como nas relações com a sociedade.

Nestes tempos surgem personagens que pela ação e visão ampla contribuem nas articulações. Dom Macedo Costa, nomeado arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, assumiu a liderança do episcopado na perspectiva de articulação pastoral e também a posição da Igreja frente ao Estado Republicano³.

A Proclamação da República, com a conseqüente separação Igreja/Estado, e o desafio de uma nova estruturação da Igreja, acelerou o diálogo que deveria ser mais institucionalizado, proposta tratada em Roma durante Concílio Plenário da América Latina, como afirma Raimundo Caramuru de Barros:

Ao término do concílio da América Latina, em Roma no ano não de 1899, os bispos brasileiros participantes do evento expressaram a Leão XIII a conveniência de realizar uma assembleia análoga mas específica, congregando todo o episcopado brasileiro. O papa sugeriu-lhes que os metropolitanos começassem a reunir seus bispos sufragâneos em conferências provinciais com o objetivo de encontrar soluções para as questões mais urgentes e preparar material de base para um futuro Concílio Nacional⁴.

A multiplicação do número de dioceses e paróquias, fenômeno do início do século XX, estava dando um novo fôlego para o trabalho da Igreja e permitiu que o conselho do

3 Cf. José Oscar BEOZZO. Igreja no Brasil: planejamento pastoral em questão. In: *REB*, vol. 42, fasc. 167, p.565-505.

4 Raimundo Caramuru de BARROS. Gênese e consolidação da CNBB no contexto de uma Igreja em plena renovação. In: Instituto Nacional de Pastoral (org). *Presença Pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003, p.13-69.

Papa Leão XIII fosse acolhido. Ali estava um caminho de diálogo e proximidade do episcopado brasileiro, tendo como figura agregadora o arcebispo, sendo esta articulação sustentada pela Santa Sé. Esta forma de articulação se fortaleceu como instância de diálogo e organização pastoral, contudo mais com acento romanizado⁵ do que com o jeito brasileiro de levar para a frente a evangelização.

O Brasil, no início do século, XX tinha duas Províncias Eclesiásticas: a setentrional com sede na Bahia, abrangendo as dioceses do norte e nordeste; a Meridional com sede no Rio de Janeiro, congregando todas as dioceses do sul. Eram espaços de diálogo de reflexão sobre a missão da Igreja no Brasil apesar das distâncias entre as dioceses.

A articulação por Províncias Eclesiásticas gerou um primeiro resultado visível que foi o texto de Pastoral Coletiva, elaborado pelos bispos do sul depois de cinco conferências e adotado pelos bispos do norte e nordeste. Este texto tinha como objetivo embasar as reflexões de um futuro Concílio Plenário Brasileiro.

Até então, pelas condições da Igreja, o pensar a evangelização era missão dos bispos e presbíteros, com tarefas bem específicas. As referências conciliares ainda eram os Concílios de Trento e o Vaticano I com tímidas iniciativas quanto à participação dos leigos na obra evangelizadora e o diálogo com a sociedade. Neste tempo o Brasil passou pela Revolução de 1930. Segundo Beozzo:

A revolução de 1930 traz à cena novos atores sociais, classes médias urbanas, a jovem oficialidade do estamento militar, a emergente classe operária, a oligarquia de Estados até então marginalizados do centro do poder monopolizado pela oligarquia

5 Cf. Manoel José de GODOY. A CNBB e o processo de evangelização do Brasil. In: Instituto Nacional de Pastoral (org). *Presença Pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003, p.387-405.

cafeeira de São Paulo e Minas Gerais...⁶

Foi também uma oportunidade para a Igreja se colocar como influenciadora na sociedade, relação outrora combatida por um modelo de orientação governista anticlerical. Aqui foi de grande contribuição as intuições do Cardeal Sebastião Leme, na época arcebispo do Rio Janeiro, que permitiu amplitude do diálogo com o Estado e, internamente, certa distensão na abertura à colaboração dos leigos e leigas, contudo muito mais como braço do clero, nos moldes da ação católica pensada por Pio XI do que com autonomia e poder de decisão e ação.

Mais tarde a própria ação católica assumiu outra configuração, muito mais significativa na evangelização e formação do laicato. Seguiu a proposta de Joseph Cardijn⁷ ramificada em diferentes segmentos da juventude, em alternativa ao modelo italiano de ação católica, seguindo o princípio de uma Igreja organizada a partir do laicato e dialogando com os problemas dos diferentes segmentos da sociedade. A metodologia da ação católica fundada no método ver, julgar e agir, influenciou mais tarde todo o projeto de evangelização da Igreja no Brasil. A influência da ação católica na ação pastoral foi significativa sobretudo por oportunizar a participação e formação dos leigos e leigas na missão da Igreja sendo acompanhada pelos assistentes espirituais, padre e religiosos que ia se formando e contribuindo na metodologia assumida.

O Concílio Plenário Brasileiro só se concretizou em 1939, sendo o texto gerador preparado por Roma e não em continuidade com o texto da Pastoral Coletiva de 1915, este mais preocupado com a da realidade brasileira e seus problemas pastorais. O alicerce do texto do Concílio Plenário no código

⁶ José Oscar BEOZZO. Igreja no Brasil: planejamento pastoral em questão. In: *REB*, vol. 42, fasc. 167, p. 565-505.

⁷ Cardeal de origem belga e idealizador da Ação Católica.

de Direito Canônico de 1917 provocou os bispos à uma alternativa: retomar o texto de Pastoral Coletiva de 1915 com correções, a partir do novo Código de Direito Canônico e do texto do próprio Concílio.

No ano de 1952, graças ao esforço de Dom Helder Câmara, na época bispo auxiliar do Rio de Janeiro, foi fundada no Rio de Janeiro a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que teria, a partir de então, a tarefa de articulação do episcopado brasileiro sobretudo quanto à organização pastoral. Até a primeira metade do século XX esta tarefa estava a cargo dos arcebispos metropolitanos. Após a sua criação a CNBB assume este compromisso. Neste tempo o Brasil já contava com um número elevado de circunscrições eclesiásticas e bispos, o que demandava a preocupação de articulação maior no meio.

4 Plano de Emergência - 1962

Este plano de impulso à ação evangelizadora foi provocado pelo Papa João XXIII, preocupado com a realidade em toda a América Latina. Vejam que o referido Plano foi provocado antes do Concílio Vaticano II e visava uma melhor organização pastoral das dioceses dentro de um plano específico em vista do enfrentamento das novas situações, canalizando forças e iniciativas⁸. Havia uma grande preocupação com algumas situações da Europa as quais preocupavam o Papa quanto à uma possível influência na América Latina e Brasil: o naturalismo, teoria de Charles Darwin sobre a origem das espécies, o marxismo, teoria de Karl Marx, o protestantismo e o espiritismo kardecista⁹. Na geopolítica latino americana estava se consolidando a Revolução Cubana, de orientação socialista, e

8 José Oscar BEOZZO. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*, p.38.

9 Cf. Manoel José de GODOY. A CNBB e o processo de evangelização do Brasil. In: Instituto Nacional de Pastoral (org). *Presença Pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003, p.387-405.

com isso o temor de suas possíveis influências em outros países.

A proposta de João XXIII lançada em 1958 e retomada anos mais tarde, propunha: a) renovação do anúncio evangélico, da catequese, da pregação, do ensino católico, das missões populares e cursos de cultura católica; b) retomada da vida sacramental; c) reavivamento do apostolado dos sacerdotes, religiosos(as) e demais fiéis, chamados a reforçar a ação católica; d) redobrado trabalho vocacional e acolhimento da colaboração vinda de outras Igrejas; e) empenho no campo social, pois o Reino de Cristo é o Reino da justiça, de amor e de paz; f) apelo aos governantes para que resolvam os problemas de caráter civil, social e econômico e também apelo à Igreja, tendo presente a Doutrina Social; g) convocação dos fiéis para a ação no campo social¹⁰.

A partir da insistência do Papa João XXIII o Plano de Emergência foi elaborado pelo Secretariado da CNBB¹¹ durante o ano de 1961 e aprovado na V Assembleia Geral do Episcopado Brasileiro, em abril de 1962. Objetivava unificar a ação pastoral da Igreja no Brasil a partir de alguns eixos: 1) renovação das Paróquias; 2) Renovação do Ministério Sacerdotal; 3) Renovação dos Educandários Católicos; 4) Introdução à uma Pastoral de Conjunto.

A possibilidade de uma referência documental, preparada, refletida e articulada pelo episcopado, foi um grande alento na missão evangelizadora da Igreja no Brasil. Mesmo com a imensidão geográfica do país e suas marcantes e enriquecedoras diferenças culturais, havia algo que embasaria o trabalho pastoral. A reflexão e articulação da missão evangelizadora tinha um caminho proposto de forma ampla, embasado na força das

¹⁰ *Ibidem*, p.40.

¹¹ Por ocasião da elaboração e aprovação do Plano de Emergência já existia a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, criada em 1952 sediada primeiramente no Rio de Janeiro. Ao secretariado coube a responsabilidade de organizar o texto final do Plano a ser aprovado pelos bispos.

experiências regionais partilhadas e assumidas como força organizadora da Igreja. Outro dado significativo foi o reforço de um pensar a evangelização a partir da realidade brasileira. Segundo José Oscar Beozzo:

O Plano de Emergência permitiu ainda que a Igreja do Brasil procurasse um caminho próprio, deixando de lado a contínua importação de receitas da Europa. No plano, tomava-se por base a realidade do país no campo sócio-econômico-político e religioso, para depois propor soluções¹².

A força articuladora das lideranças eclesiais gestou um caminho de organização e pensamento de conjunto a partir da realidade, tendo como desafio a evangelização planejada e dialogante com as riquezas e dificuldades do povo brasileiro. Começou a superação da pastoral de fundo personalista e devocional para se assumir uma pastoral minimamente articulada, contudo ainda um tanto frágil quanto presença e protagonismo dos leigos e leigas. A concretização do Plano de Emergência foi confiada ao Movimento por um mundo melhor (MMM) fundado pelo Pe. Ricardo Lombardi SJ, em Roma com o apoio do então Papa Pio XII. O objetivo de dialogar com a sociedade moderna não impedia de uma orientação mais “intra eclesial”, diferente da proposta da ação católica, já explicitada anteriormente. Coube ao MMM a missão de formar pessoas para levar para frente o Plano de Emergência não sem certa tensão com os leigos ligados à ação católica que viam outras possibilidades para a ação pastoral da Igreja¹³.

No ano seguinte (1963) o Papa João XXIII propôs o Concílio Vaticano II, um evento com a disposição de repensar

12 José Oscar BEOZZO. *A Igreja do Brasil: de João XXII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*, p.41.

13 Sobre esta questão sugere-se a leitura a obra de José Oscar Beozzo citado neste artigo. José Oscar BEOZZO. *Igreja no Brasil: planejamento pastoral em questão*. In: *REB*, vol. 42, fasc. 167, p.565-505.

o papel da Igreja no mundo. As proposições do Vaticano II foram e ainda são paradigmáticas a tal ponto que para muitos foi um tanto difícil acolher as suas proposições. Em termos de orientação pastoral implicou em novos caminhos para pensar a missão da Igreja em solo brasileiro. Dialogante com as diretrizes do Concílio Vaticano II, na eminência da ditadura militar, sugeriu-se outra forma de articulação pastoral para a Igreja.

5 Plano de Pastoral de Conjunto - 1966

O Concílio Vaticano II foi finalizado em dezembro de 1965. Foi aberto pelo Papa João XXIII e encerrado pelo Papa Paulo VI. Foi um momento marcante na vida da Igreja. Deixou alguns indicativos importantes quando se pensa a missão evangelizadora. Aqui cita-se alguns: a) positividade do diálogo com o homem e mulher modernos; b) busca do diálogo com as outras Igrejas da Reforma, com as Igrejas Orientais e outras denominações cristãs; c) busca de uma liturgia mais próxima da vida das pessoas; d) superação de uma compreensão de Igreja centrada na pessoa do Papa para a valorização do conjunto do episcopado; e) abertura às ciências no sentido de buscar uma interpretação fundamentada da Sagrada Escritura; f) compromisso em ajudar o homem e a mulher modernos a entender o sentido da Teologia e da Sagrada Escrituras; g) experiência de uma Igreja ágil, “sacramento da salvação”, sintonizada com o mundo e com as preocupações do ser humano; h) valorização da ação pastoral e superação do devocionismo; i) prioridade sai do normativo para a busca de comunhão de todos; j) a igreja se compreende como companheira fiel e solidária com o ser humano; k) superação da Igreja com a responsabilidade reduzida à hierarquia; l) fomento à diversidade de serviços e ministérios.

Estas dimensões de vida eclesial, assinaladas nos diversos documentos do Concílio contribuíram para a estruturação do

Plano de Pastoral de Conjunto - PPC, talvez tenha sido a resposta mais rápida de uma Igreja às deliberações aprovadas em Roma em dezembro de 1965. Havia o desejo de mudança. Alguns sonhavam com algo mais profundo e amplo; outros se assustaram com o que estava acontecendo. Mas este era o espírito, o sopro de renovação para as diferentes experiências eclesiais no mundo. E a Igreja no Brasil tentou acolher a proposta na vertente de organização pastoral, buscando a comunhão com o que se propunha. Se o Vaticano propôs a atualização da Igreja no mundo, o Plano de Pastoral de Conjunto visava a atualização da Igreja do Brasil segundo a inspiração do Vaticano II com o objetivo de: criar meios e condições para que a Igreja do Brasil se ajuste, o mais rápido e plenamente possível, à imagem do Vaticano II¹⁴.

O PPC aprofundou a caminhada renovadora da pastoral do Brasil. O ponto de partida foram alguns Documentos do Concílio considerados mais significativos. Foram tomados seis documentos e partir deles definidas seis linhas de atuação, com segue:

1) Linha 1 - segundo o Documento *Lumen Gentium* voltava-se para a atuação da Igreja através de seus agentes.

2) Linha 2 - era iluminada pelo documento *Ad Gentes* e evocava a necessidade de acentuar a dimensão missionária da Igreja.

3) Linha 3 - pensada a partir do Documento *Dei Verbum* sugeria outro modelo de formação dos cristãos. O ponto de partida seria a palavra de Deus. Esta proposta teve ressonâncias na catequese e na formação nas paróquias.

4) Linha 4 - buscava adequar a dimensão orante e celebrativa da Igreja às novas orientações da liturgia segundo a *Sacrosanctum Concilium*.

14 Cf. José Oscar BEOZZO. Igreja no Brasil: planejamento pastoral em questão. In: *REB*, vol. 42, fasc. 167, p.565-505.

5) Linha 5 – trata do diálogo com as outras Igrejas cristãs e com os não cristãos. Esta iniciativa é iluminada pelos documentos *Unitatis Redintegratio* e *Nostra Aetate*.

6) Linha 6 – baseada no documento *Gaudium et Spes* convida os cristãos a viver a opção evangélica pelos pobres.

Esta proposta foi significativa no sentido de partir dos documentos do Concílio Vaticano II, considerados fundamentais e pela perspectiva da evangelização atingindo diferentes âmbitos da vida eclesial: ação dos agentes de pastoral, missionariedade, formação cristã a partir da Bíblia, vida litúrgica celebrativa, diálogo ecumênico e Inter religioso, ação social e preocupação com os pobres¹⁵.

Outra contribuição importante do PPC foi a evidência metodológica na necessidade do trabalho em conjunto, como a própria nomenclatura afirma. Propunha-se o desafio da superação do trabalho fragmentado ou compartimentado, pelo diálogo e compromisso com ações comuns, envolvendo os diferentes setores e agentes da Igreja, mas ainda com a limitação da participação de leigos e leigas de uma forma mais consistente.

As orientações do deste plano, prorrogadas em 1970 e atualizadas até 1975, iluminaram o amplo projeto de renovação da Igreja em busca de uma pastoral orgânica ou de conjunto com rumos e propostas bem definidos, evidenciando a responsabilidade eclesial de todos os batizados. Enfrentou algumas dificuldades sobretudo pelo argumento da dificuldade de um plano contemplar toda a diversidade do Brasil¹⁶. Neste tempo foram assumidos os Planos Bienais reunindo as

15 Esta dimensão da ação evangelizadora foi fortalecida sobretudo a partir das Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979) sendo confirmada na Conferência de Aparecida como dimensão intrínseca da fé cristã.

16 Para aprofundar ver: Manoel José de GODOY. A CNBB e o processo de evangelização do Brasil. In: Instituto Nacional de Pastoral (org). *Presença Pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB*, p.387-405.

atividades dos organismos vinculados à CNBB sendo assumidos como articulação pastoral até 1975.

O período da ditadura militar e a situação social e econômica provocaram uma série de iniciativas pastorais no Brasil. Era o caminho para a Igreja tentar responder aos grandes desafios da época localizada no final da década de 60 e década de 70 do século passado. Neste tempo surgiram várias pastorais compreendidas como pastorais sociais. Cita-se Pastoral dos Pescadores (1968); Conselho Indigenista Missionário-Cimi (1972); Comissão Pastoral da Terra (1975); Pastoral Operária, dentre outras¹⁷.

6 Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil - 1975

Em 1975 surgiu uma novidade quanto à tentativa de uma orientação para a ação evangelizadora da Igreja no Brasil. Abandonou-se a ideia de um “Plano” para adotar a orientação de “diretrizes gerais” compreendidas como uma metodologia de planejamento mais flexível, superando a crítica de que se impunha para as dioceses um modelo único de ação pastoral. As diretrizes eram como orientação mais ampla, a ser completada pelo trabalho de planejamento dos regionais e dioceses, condizente com as realidades locais.

Buscava-se a unidade em nível nacional através das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil (1975), enunciado do documento final, deixando-se a definição de planos para os Regionais e as Dioceses. Não se perdia o trabalho de construção conjunta através dos técnicos e assessores, dialogando com as Igrejas locais, somado à contribuição colegiada dos bispos que tinham a responsabilidade de aprovar o texto final.

¹⁷ Para aprofundar sugere-se a leitura da obra. *A missão da Pastoral Social*. Brasília: Ed. CNBB, 2009.

Na apresentação do texto aprovado na Assembleia Geral do Episcopado reunido em Itaipó - SP em abril de 1979, portanto como continuidade da proposta de 1975, retoma o processo de reflexão sobre a realidade brasileira desde o Plano de Emergência (1962), passando pelos planos bienais com o seguinte enunciado como expressão do desejo dos bispos:

Desejam expressar os grandes rumos que hoje deve tomar a Igreja, cumprindo sua missão anunciar o Reino a serviço do povo de Deus. Daí a fidelidade que pretendem guardar à realidade mesma da Igreja e do povo a que esta serve (...) Reúnem, sob a forma de um objetivo geral os principais elementos que como exigência de nossa missão, hão de orientar todas as atividades pastorais¹⁸.

O Objetivo explicita a orientação para o quadriênio, viabilizada nos projetos pastorais: Evangelizar a sociedade brasileira em transformação, a partir da opção pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando a construção de uma sociedade fraterna, anunciando assim o Reino definitivo¹⁹.

No ano de 1995 aconteceu outra mudança da dinâmica de planejamento, aparentemente apenas de nomenclatura, contudo a partir de uma leitura consistente da realidade brasileira quanto à evangelização. O enunciado do documento final, passando pelo mesmo processo de debate e diálogo com as Igrejas locais, deixa de ser diretrizes gerais da ação pastoral, tornando-se diretrizes gerais da ação evangelizadora. O texto faz uma diferenciação de ação pastoral e ação evangelizadora. Segundo Manuel Godoy:

A análise da realidade brasileira apontava para uma configuração bastante diferenciada, sobretudo no que se refere à realidade

18 CNBB. *Diretrizes Gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1979 («Documentos da CNBB», 15), n° 3-4.

19 *Ibidem*, n° 7.

cultural e religiosa. Percebia-se a urgência de fazer com que a Igreja se tornasse mais “agressiva” nos seus métodos evangelizadores. Acostumada a trabalhar com pequenos grupos, a Igreja se via retraída no contato com a massa²⁰.

Buscava-se um trabalho mais amplo na perspectiva de responder aos diversos desafios quanto ao trabalho evangelizador no Brasil. Mais do que a mudança de nomenclatura havia um novo espírito quanto à missão da Igreja, que deveria estender o diálogo para além dos pequenos grupos com uma inserção e pertença eclesiais confirmadas.

Neste sentido a ação evangelizadora compreende como interlocutores a batizados que perderam o sentido vivo da fé, conduzindo a vida distante do Evangelho de Cristo²¹.

A ação pastoral tem como interlocutores aqueles que têm e sustentam uma pertença eclesial. Destina-se às comunidades cristãs que possuem sólidas e adequadas estruturas eclesiais, são testemunha de fé e vida, com testemunho do Evangelho e compromisso com a missão universal²². Exige da Igreja o cuidado e do zelo pastoral para que permaneçam dando sua contribuição de fé para a missão da Igreja.

Compreende a percepção de que existe uma pluralidade de situações que desafiam a Igreja no compromisso de anunciar o Reino inaugurado por Jesus Cristo. Os interlocutores são diversos o que exige metodologias diferenciadas em vista da eficácia tanto da tarefa pastoral como da tarefa evangelizadora.

A mudança sugerida dialogava com o pensamento do Papa Paulo VI. Em 1975, com a publicação da Exortação *Evangelii*

20 Manoel José de GODOY. A CNBB e o processo de evangelização do Brasil. In: Instituto Nacional de Pastoral (org). *Presença Pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB*, p.387-405.

21 CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1995. («Documentos da CNBB», 54), p.7.

22 *Ibidem*, p.7.

Nuntianti o Papa Paulo VI alertava sobre a complexidade da missão evangelizadora. O texto foi lançado por ocasião das comemorações dos 10 anos do Concílio Vaticano II a partir do Sínodo dos Bispos de 1974 tratando do tema “a evangelização no mundo de hoje”. Afirma Paulo VI:

Pareceu-nos de capital importância uma Exortação deste gênero, porque a apresentação da mensagem evangélica não é para a Igreja uma contribuição facultativa: é um dever que lhe incumbe, por mandato do Senhor Jesus, a fim de que os homens possam acreditar e ser salvos. Sim, esta mensagem é necessária; ela é única e não poderia ser substituída. Assim, ela não admite indiferença nem sincretismo, nem acomodação. É a salvação dos homens que está em causa; é a beleza da Revelação que ela representa; depois, ela comporta uma sabedoria que não é deste mundo. Ela é capaz, por si mesma, de suscitar a fé, uma fé que se apoia na potência de Deus. Enfim, ela é a Verdade. Por isso, bem merece que o apóstolo lhe consagre todo o seu tempo, todas as suas energias e lhe sacrifique, se for necessário, a sua própria vida²³.

Define o significado da evangelização:

Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade: "Eis que faço de novo todas as coisas". No entanto não haverá humanidade nova, se não houver em primeiro lugar homens novos, pela novidade do batismo e da vida segundo o Evangelho. A finalidade da evangelização, portanto, é precisamente esta mudança interior; e se fosse necessário traduzir isso em breves termos, o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama, ela procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios²⁴.

23 EN, 5.

24 EN, 18.

A proposta acordada pelos bispos em 1995 está em sintonia com a reflexão proposta pelo Papa Paulo VI. O compromisso evangelizador exige uma leitura profunda da realidade para que se possa dar uma resposta adequada aos desafios do tempo.

Nos tempos atuais, o Papa Francisco na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, também acena para este cuidado quando ao diálogo em vista da evangelização. Tem como referência o que fora tratado na XIII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos bispos sobre “a nova evangelização para a transmissão da fé cristã”. Sugere o trabalho em três âmbitos: o âmbito da pastoral ordinária em vista dos fiéis que frequentam regularmente a comunidade, reunindo-se para o dia do Senhor e também os fiéis que conservam uma fé católica intensa e sincera, exprimindo-a de modos diversos embora não participem regularmente do culto. No caso a pastoral está voltada para o crescimento dos crentes para que correspondam cada vez mais ao amor de Deus²⁵.

O segundo âmbito diz respeito aos batizados que não vivem a exigência do batismo. Para estes a Igreja se esforça para que vivam a conversão e a alegria da fé e o desejo de se comprometerem com o evangelho²⁶.

O terceiro âmbito diz respeito à evangelização daqueles que não conhecem Jesus Cristo ou sempre o recusaram²⁷. Segundo o Papa Francisco todos têm direito de receber o evangelho e a Igreja assume esta tarefa.

Desde 1975 o propósito de assumir as diretrizes em âmbito nacional e os processos de planejamento e plano nos âmbitos dos regionais e diocese não foi modificado. Poderíamos definir assim o processo:

- 1) Âmbito Nacional constroem as diretrizes gerais para

25 Cf. EG, 14.

26 Cf. EG, 14.

27 Cf. EG, 14.

ação evangelizadora contendo as sugestões amplas para a Igreja do Brasil com o intuito de ajudar os processos de planejamento nos regionais e dioceses.

2) Âmbito do Regional assumem os processos de planejamento e planos pastorais respondendo às peculiaridades da região e em sintonia com as diretrizes para manter a cooperação e a coordenação.

3) Âmbito Diocesano visa trazer as diretrizes e o plano regional para a esfera diocesana, respondendo aos desafios na evangelização da Igreja local.

4) As pastorais e movimentos de âmbito nacional e local, em diálogo com a Igreja, também se embasam nestes processos de planejamento da ação evangelizadora.

Em uma perspectiva otimista este seria o fio do processo. Contudo ainda existe muita resistência em refletir a ação evangelizadora, o que traz para a missão da Igreja uma série de entraves. Pode-se afirmar que são dois grandes desafios. O primeiro é a opção por planejar a ação evangelizadora. O segundo é a prática e avaliação do que foi planejado. É importante planejar e é necessário que o planejamento saia do papel e ganhe vida, seja qual for o local da sua experiência.

7 Desafios

A campanha da fraternidade de 2015, tratando da temática fraternidade: igreja e sociedade explicitou que a Igreja Católica é parte da sociedade e não se confunde com ela. Mas a sociedade é a sua interlocutora quanto à missão evangelizadora. É uma sociedade marcada pela diversidade e pelas transformações. E nesta sociedade que está o chão do trabalho evangelizador.

Desde o final do século XIX quando a Proclamação da República desafiou a Igreja a um novo caminhar não mais

ligado ao Estado, os desafios vêm se sucedendo. Em todas as épocas despontava a tarefa de pensar a evangelização em fidelidade ao mandato de Jesus e ao compromisso com o Reino.

Na primeira metade do século XXI surgem outros desafios. Fala-se na mudança de época e a suas consequências. Segundo o Documento de Aparecida é uma realidade marcada por grandes mudanças que afetam profundamente a vida dos cristãos²⁸. O documento das Diretrizes Gerais para Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, definido para o período de 2015–2019, afirma que vivemos uma época de transformações profundas, que não se trata de uma época de mudanças, mas de uma mudança de época²⁹. São os novos tempos que exigem a leitura a partir do fundamento da fé cristã. E a leitura provoca a ação. Esta deve ser planejada de forma que responda aos desafios da realidade de uma forma eficaz.

Diante disso surge o desafio de não desconhecer uma realidade que se transforma em todos dos sentidos. Uma realidade em que a pertença católica tem diminuído sensivelmente sendo assumida de uma forma diferenciada que em outros tempos.

Na questão social vê-se o aumento do número de pobres e miseráveis, ao mesmo tempo em que o governo buscou sustentação legal para a omissão no cuidado desta parcela da população só possível via políticas públicas. É um Estado comprometido com o mercado de orientação neoliberal.

Assistimos ao aumento de posicionamentos fundamentalistas em diferentes âmbitos e vê-se ruir o mito do brasileiro cordial. Apresenta-se nas redes sociais e, em muitos casos, ganhou as ruas.

Este é o chão da missão da Igreja. É o lugar da

28 Cf. DAp, 33.

29 CNBB. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2015-2019*. Brasília: Ed. CNBB, 2015 («Documentos da CNBB», 102). n° 19.

evangelização. Por isso a necessidade de insistir nos mecanismos de participação e organização para melhor evangelizar. Compreender que os processos de planejamento participativo se constituem em instancias de formação e fortalecimento dos discípulos missionários, homens e mulheres que procuram assumir o compromisso de batizados, seja no âmbito nacional como também na vida da comunidade.

Concluindo

A Igreja no Brasil tem uma rica tradição de planejamento da ação evangelizadora. Em um país tão grande e diverso, nos diferentes sentidos, a articulação de um projeto comum quanto à evangelização é um grande feito. Soma-se a isso a tentativa de diversos caminhos para participação na construção dos processos de planejamento em diferentes níveis da Igreja.

A opção de planejar parte do compromisso metodológico com a participação e responsabilidade de todas as pessoas comprometidas com a obra evangelizadora. Compreende também a dimensão pedagógica, ou seja, no próprio ato de pensar e planejar a evangelização, há um aspecto formativo profundo.

Planejar a ação pastoral é também uma caminhada marcada pela mística e espiritualidade que acentuam o serviço, o diálogo e a consciência do discipulado missionário que se forma a medida do processo e em fidelidade ao Rei o anunciado por Jesus Cristo.

A trajetória da Igreja do Brasil de pensar a missão evangelizadora sugere muitas riquezas. É necessário garantir esta trajetória tanto em nível nacional como nos regionais e dioceses, chegando as paróquias comunidade e pastorais. A fé cristã tem uma palavra a dar ao mundo e esta palavra se funda na boa nova de Jesus Cristo. Contudo, na inspiração do Espírito

Santo, cabe organizar-se para explicitar este compromisso.

Referências Bibliográficas

- BARROS, Raimundo Caramuru. Gênese e consolidação da CNBB no contexto de uma Igreja em plena renovação. In: Instituto Nacional de Pastoral (org). *Presença Pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB*, São Paulo: Paulinas, 2003. p.13-69.
- BEOZZO, José Oscar. Igreja no Brasil: planejamento pastoral em questão. *REB*, vol. 42, fasc. 167, p.565-505, Ano 1982.
- _____. *A Igreja do Brasil: de João XXII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CNBB. *Diretrizes Gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1979 («Documentos da CNBB», 15).
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1995 («Documentos da CNBB», 54).
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*. Brasília: Ed. CNBB, 2015 («Documentos da CNBB», 102).
- _____. *A missão da Pastoral Social*. Brasília: Ed. CNBB, 2009.
- CELAM. *Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe*. Brasília: Ed. CNBB, 2007.
- FRANCISCO, PAPA. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. Brasília: Ed. CNBB, 2013 («Documentos Pontifícios», 17).
- GODOY, Manuel José de. A CNBB e o processo de evangelização do Brasil. In: Instituto Nacional de Pastoral (org). *Presença Pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB*, São Paulo: Paulinas, 2003, pp.387-405.
- PAGOLA, José Antônio. *Jesus, aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- PAULO VI, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi: sobre a evangelização no mundo contemporâneo*. São Paulo: Paulinas, 1981.